

A construção do nosso projeto: Governos Lula e Dilma

- 1.** Na esteira da orientação do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, que, em reunião realizada no dia 3/05, de forma unitária, aprovou uma resolução apoiando todas as iniciativas do governo Dilma, o PT no Estado de São Paulo está seguro do sucesso do Governo da presidenta Dilma e que a sua construção é a prioridade máxima do nosso partido.
- 2.** O Governo Dilma representa a continuidade do governo Lula, mas aponta para avanços das nossas conquistas, cujas marcas são as mudanças que levaram a um desenvolvimento econômico interno progressivo e a uma respeitabilidade do Brasil no cenário internacional.
- 3.** O Brasil mudou para melhor e as transformações sociais, econômicas e políticas se refletem nos índices de aprovação do nosso governo em todos os segmentos da sociedade. São essas políticas inovadoras nos diversos campos que fazem do nosso país uma referência de desenvolvimento, de resposta à crise econômica internacional, de construção de novos paradigmas para a economia internacional e com uma democracia consistente.
- 4.** Os oito anos de Governo Lula e agora o Governo Dilma demonstram respeito às instituições e trabalho para o fortalecimento das mesmas, gerando um ambiente de estabilidade que hoje é referência, não só internamente, mas também para toda a América Latina, e exemplo de democracia mundial.
- 5.** No plano econômico, o nosso projeto liderado por Lula – e agora por Dilma –, investiu e investirá de forma eficiente em ações estruturantes criando as condições para o crescimento sustentado e sustentável. O Brasil continuará crescendo gerando riquezas e distribuindo renda, mostrando ao mundo que é possível se desenvolver com justiça social e respeito ao meio ambiente.
- 6.** Essas medidas estruturantes garantem segurança econômica para o setor produtivo do país. Os agentes produtivos, no campo e na cidade, sabem que podem investir sem medo e o fazem. Essas políticas, dentre outras, produziram efeitos benéficos à sociedade, sendo uma das marcas do governo liderado pelo PT desde 2003. Destacamos algumas delas abaixo:
 - a.** O crescimento econômico em 2010 da ordem 7,5%, em maio à crise internacional que causou a redução do seu ritmo, projeta uma continuidade de crescimento positivo nos próximos anos;
 - b.** Geração de mais de 15 milhões de empregos com carteira assinada e o registro de um dos menores índices de desemprego da história do país;
 - c.** 28 milhões de pessoas saíram da linha de pobreza durante o Governo do presidente Lula;
 - d.** 36 milhões de brasileiros mudaram de classe social nos últimos anos, passando a integrar a chamada “nova classe média”, com poder de consumo e capacidade de influenciar na dinâmica do mercado;
 - e.** A diversificação dos parceiros comerciais do Brasil mundo afora mais do que triplicou as nossas exportações, fazendo com que o país não seja dependente de poucos mercados consumidores;
 - f.** O Brasil não tem mais nem um centavo de dívida externa pública. Ela foi completamente zerada. Mais do que isso, hoje somos credores internacionais. Hoje, nossas reservas internacionais ultrapassam os R\$ 300 bilhões, dando segurança em momentos de crise como os que a economia mundial atravessa desde 2008 e o Brasil passou de devedor a credor.
 - g.** O Brasil passou a ocupar a sétima posição na economia mundial e lidera a produção mundial de energia renovável.

h. Mais do que tirar o Norte e o Nordeste da estagnação econômica (o que fizemos em todo o país), essas regiões tiveram, nos últimos oito anos, um crescimento superior à média nacional, graças às políticas ativas de desenvolvimento regional implantadas pelo nosso governo.

i. A descoberta do Pré-Sal é uma conquista importante para o povo brasileiro e para o desenvolvimento do país. Esta conquista faz parte do avanço industrial e no processo de desenvolvimento econômico e social com distribuição de renda. “O Pré-Sal é um passaporte para o futuro. Sua principal destinação deve ser a educação das novas gerações, a cultura, o meio ambiente, o combate à pobreza e é uma aposta no conhecimento científico e tecnológico, por meio da inovação. Vamos investir seus recursos naquilo que temos de mais precioso e promissor”. (Lula)

7. No campo social, o modo petista de governar é reconhecido por toda a sociedade pelo que produziu de efeitos positivos. Alguns exemplos desses avanços:

a. Na Educação foi estabelecido um piso nacional salarial para os professores que, embora ainda insuficiente, colocou em outro patamar a valorização desses profissionais, com exceção de alguns estados governados pela oposição que se recusaram a pagar o piso, acionando a Justiça.

b. O governo federal construiu 214 novas escolas técnicas em cidades-polos do país, integrando o ensino médio ao ensino tecnológico;

c. O PROUNI é um programa reconhecido por proporcionar aos estudantes das camadas mais pobres o acesso à universidade. Mais de 850 mil jovens tiveram acesso à universidade a partir do programa federal e milhares continuam a ser beneficiados;

d. O ENEM é outro mecanismo de democratização do acesso dos brasileiros à universidade, que precisa ser fortalecido e ampliado para as universidades públicas estaduais. O próximo passo é garantir que esses jovens curse uma universidade pública gratuita e de qualidade, ampliando os programas de expansão das universidades federais (REUNI), fortalecendo e induzindo as reformas no ensino médio visando a melhora da sua qualidade e formulando políticas públicas de apoio aos cursinhos populares e comunitários;

e. O PRONATEC Programa Nacional de Qualificação Técnica qualifica a nossa juventude e trabalhadores em geral para integrar o processo de desenvolvimento que o país atravessa.

f. Outro avanço na área educacional foi a ampliação das universidades federais: foram construídas 14 novas universidades federais e implantados 126 extensões universitárias na maioria dos estados brasileiros.

8. Na saúde, além do fortalecimento do Sistema Único de Saúde – que inclui os três entes federativos-, os nossos governos inovaram com a implantação das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) 24 horas, que hoje se espalham por diversas regiões do país, não só fortalecendo a urgência e emergência, mas amparando o aumento da cobertura do Programa Saúde da Família.

9. O sistema de atendimento de emergência ganhou força com a criação do SAMU – atualmente implantado por prefeituras parceiras do governo federal em praticamente todo o Brasil.

10. O governo Dilma começa a inovar na gestão da saúde inserindo o conceito de qualidade no atendimento e de cumprimento de metas. A Rede Cegonha valoriza as políticas públicas para as mulheres, e fortalece o acompanhamento pré-natal e, além disso, 6000 creches serão construídas até o final do mandato.

11. Foram implantadas em todo o Brasil 551 unidades de Farmácia Popular do Brasil, ampliando o acesso dos brasileiros aos medicamentos. Além da rede própria, o programa ainda possui uma parceria com 15.362 farmácias e drogarias da rede privada, chamada de “Aqui Tem Farmácia Popular”. Já com os Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs), inseridos no programa Brasil Sorridente, o país deu um grande passo na oferta de atendimento odontológico de média complexidade no SUS. O governo implantou 853 CEOs em todo o país.

12. No enfrentamento à pobreza, o mundo todo reconhece a eficácia do programa Bolsa Família, que se tornou um forte mecanismo de desenvolvimento econômico regional, uma vez que os recursos entregues às famílias para o consumo doméstico fortalecem o mercado e ampliam o poder de compra destes brasileiros. O Bolsa Família é um programa emancipador, já que assegura o direito básico da alimentação aos cidadãos brasileiros e está vinculado ao compromisso das famílias com a saúde e a educação dos filhos. Agora aperfeiçoados com o programa “Brasil sem Miséria”, o Bolsa Família e outros programas sociais assumem uma ousada meta de acabar com a miséria absoluta ainda existente no país.

13. Os programas desenvolvidos pelos governos petistas, e sustentados por uma sólida política de alianças, que serão cada vez mais aperfeiçoados, recuperam a auto-estima dos brasileiros e, definitivamente, rompem com o eterno conceito do “Brasil do futuro”. Nosso país adquiriu força econômica e respeitabilidade política e hoje se firma como uma grande nação no cenário internacional.

14. É por essas e outras razões que o PT no Estado de São Paulo reafirma sua convicção de que o governo de continuidade com avanços da presidenta Dilma será um instrumento de conservação das conquistas, de ampliação e de renovação de políticas públicas que consolidem o nosso país como uma nação desenvolvida, capaz de propiciar ao seu povo um novo padrão de qualidade de vida e de influenciar na agenda internacional. Temos mostrado ao mundo um novo modelo de desenvolvimento, onde o ser humano e natureza estão no centro das nossas ações.

CONSOLIDAR E APERFEIÇOAR O ESTADO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

15. O Brasil tem aperfeiçoado cada vez mais a sua ordem jurídica para consolidar o Estado democrático de direito. É fato que as instituições do país, mesmo funcionando regularmente, ainda carecem de aperfeiçoamentos.

16. Desde que o povo passou a escolher o PT para governar nas diversas esferas administrativas, tornaram-se freqüentes as tentativas de setores da mídia e da oposição de associar a imagem do nosso partido a um suposto projeto que visa-ria destruir as instituições do Estado brasileiro. Nada é mais tacanho do que estas acusações. Onde o PT governou ou é governo a ação do partido foi justamente no sentido de fortalecer as instituições do Estado. Nossa ação tem sido dar eficiência para que estas respondam às demandas sociais com políticas públicas adequadas, transparência e participação popular.

17. Não fomos nós que esvaziamos o Estado brasileiro. Pelo contrário, foram nossos opositores que - seguindo a cartilha neoliberal – privatizaram áreas estratégicas e terceirizaram os serviços públicos. As ações nefastas do neoliberalismo dilapidaram o patrimônio público e fragilizaram o Estado brasileiro. Foi e é tarefa do PT reestruturar, aprofundando a democracia, a estrutura do Estado brasileiro para atendermos às demandas crescentes da nossa sociedade.

18. Por sua vez, tucanos e aliados, sob o argumento do “Estado mínimo”, fizeram o Brasil perder importância econômica e política (interna e externamente), prova cabal do erro estratégico de concepção de FHC e dos seus aliados.

19. Na história recente do Brasil, reconhecidamente, o Partido dos Trabalhadores contribuiu de forma decisiva para o aperfeiçoamento da democratização do Estado. No que diz respeito ao Poder Judiciário, não titubeamos em apoiar as medidas que visam ampliar sua transparência como, por exemplo, o Conselho Nacional de Justiça. Não temos dúvida alguma de que o

melhor funcionamento deste poder é a garantia de aplicação eficiente do Direito, conseqüentemente, propiciando à sociedade maior segurança jurídica.

20. Ao longo da história do PT, a ação dos seus parlamentares tem sido no sentido de aperfeiçoar as funções típicas de legislar e fiscalizar, próprias do parlamento e, ao mesmo tempo, aproximar a ação parlamentar do cotidiano da sociedade. Somos pioneiros no resgate das CPIs como instrumento de controle dos atos administrativos, na aplicação da participação popular na construção orçamentária e no aperfeiçoamento das audiências públicas permanentes de consultas sobre temas relevantes para a vida dos cidadãos e cidadãs.

21. E no exercício das funções administrativas no Executivo, para além das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento integral da pessoa humana, nosso partido tem inovado, com mecanismos democráticos de participação popular, na construção de orçamentos participativos e na criação de conselhos gestores e ouvidorias em diversos órgãos, como forma de aumentar o controle direto da população nos organismos de poder.

22. É preciso destacar uma das grandes marcas dos nossos governos: a participação popular. Durante o governo Lula o país viveu uma grande transformação na elaboração das políticas públicas nas mais diversas áreas. A sociedade civil teve voz. Pôde participar de forma ativa, fiscalizando, oferecendo sugestões, críticas e propostas. Assim, nosso projeto nacional estabeleceu uma nova agenda, criando condições para que as demandas históricas das mulheres, pela igualdade racial, da diversidade sexual, meio ambiente, criança, adolescente, juventude, idosos, dos trabalhadores dentre outras, fossem priorizadas e passassem a ser temas centrais. A participação popular passou a fazer parte do cotidiano da sociedade. Além dos conselhos, audiências públicas e mesas de negociação, o governo federal garantiu a realização de 73 conferências nacionais de políticas públicas, começando nos municípios e chegando a Brasília, reunindo ao todo mais de 5 milhões de pessoas, transformando a cultura política democrática dos brasileiros.

23. Hoje, mesmo reconhecendo a necessidade de constantes reparos, é inegável que as instituições do Estado brasileiro funcionam, e é inegável o papel histórico do PT no fortalecimento do Estado democrático de direito em nosso país.

UMA OPOSIÇÃO SEM PROJETO

24. O PT é um Partido democrático. Para o Partido dos Trabalhadores, a democracia não é um meio, é um fim. A nossa inspiração socialista pressupõe uma radicalização nas formas democráticas de participação e de controle social do Estado.

25. Portanto, não concebemos qualquer governo sem o necessário contraditório. Democracia, para nós, pressupõe respeito às diferenças, à diversidade de opiniões, de programas de governo e de fortalecimento dos mecanismos de controle institucionais com o aperfeiçoamento de órgãos destinados a este fim.

26. O comportamento da oposição ao nosso projeto, tanto no Governo Lula, bem como estamos presenciando no Governo Dilma, merece uma reflexão do nosso partido. Sem capacidade de formular políticas alternativas às desenvolvidas pelo PT e aliados, sem projeto de nação, sem capacidade de formular um projeto alternativo, a oposição se envereda pelo campo do criticismo gratuito, na famosa política do “quanto pior, melhor”, como forma de encurtar o caminho para suas pretensões de poder.

27. No início do governo da presidenta Dilma presenciamos a oposição investir, com apoio de setores da mídia, na criação de um sentimento de instabilidade econômica junto a sociedade. O risco de descontrole inflacionário se tornou o centro das ações daqueles que disputam projeto conosco.

28. O nosso governo tomou as medidas corretas e a inflação encontra-se sob controle. Mesmo sendo uma parte da pressão inflacionária oriunda de medidas de impacto que foram tomadas por países centrais da economia internacional, como resposta

a crise que assola o centro do capitalismo mundial: EUA, Japão e Europa. Temos que reconhecer que existe no Brasil uma pressão gerada por aumento de demanda, já que mais de 57 milhões de brasileiros que nunca tiveram acesso ao consumo hoje satisfazem as suas necessidades.

29. Mesmo com as medidas tomadas para afastar o risco inflacionário, (X) a economia brasileira continua crescendo. O trimestre registra um crescimento de 1,3%, projetando um crescimento de 4,5% em 2011. Todos os números da economia brasileira desmontam o discurso inicial da oposição.

30. Apesar de todos os ataques da oposição e da elite política brasileira, a aprovação do governo Dilma é sólido junto à sociedade brasileira. Recentemente pesquisa do instituto Datafolha demonstra uma curva de crescimento do ótimo e bom junto aos pesquisados, demonstrando que 49% dos brasileiros consideram o governo Dilma ótimo ou bom e apenas 10% consideram o governo ruim ou péssimo.

31. No episódio envolvendo o companheiro Antônio Palocci, os contratos firmados pela sua empresa, enquanto era deputado federal, com a iniciativa privada, relação considerada legal pelo Ministério Público Federal, presenciamos, mais uma vez, a fúria da oposição em tentar desestabilizar o Governo Dilma.

32. Os últimos embates travados com a oposição demonstram que a defesa do Governo Dilma deve estar no centro da nossa tática política. O PT não pode ter dúvidas que a sustentação política do nosso projeto deve ocupar o centro das nossas ações; criar as condições políticas para o desenvolvimento do Governo Dilma deve estar acima de todos os demais interesses políticos, que se tornam pequenos, diante da centralidade do nosso projeto.

REFORMA POLÍTICA

33. Nesse momento da conjuntura, torna-se urgente defendermos junto à sociedade brasileira a necessidade de uma reforma política e eleitoral.

34. Fica evidente a discrepância entre aquilo que deseja a sociedade e aquilo que regula e normatiza o Estado brasileiro. É tarefa do PT romper com a lógica do debate sobre os efeitos políticos dessa estrutura arcaica de Estado e identificar perante à sociedade as causas e a necessidade das reformas.

35. Para formarmos maioria no Congresso Nacional, na busca de uma verdadeira reforma política e eleitoral, precisamos formar maioria na sociedade. É grande o desconhecimento da sociedade sobre o significado e a importância das reformas de Estado. No desconhecimento prevalece a manipulação conservadora daqueles que visualizam nas reformas o fim de privilégios históricos.

36. A reforma política pode ser a primeira de todas as demais que são urgentes, como: Reforma Tributária, Reforma do Judiciário, uma nova normatização sobre a comunicação social (que não significa, evidentemente, nenhuma censura, controle ou restrição à liberdade de imprensa. O PT é a favour da liberdade irrestrita de expressão); revisão do pacto federativo, só para falarmos das mais evidentes debilidades de um Estado que está muito aquém dos desafios colocados para a nação brasileira nesse século XXI.

37. Para avançarmos na busca de uma reforma política e eleitoral precisamos aglutinar um bloco partidário em torno das nossas propostas no Congresso Nacional. Para tanto, teremos que travar um duro processo de negociação, sabendo que teremos que encontrar pontos de unidade entre os partidos. Só assim conseguiremos consolidar uma maioria que viabilize a aprovação da reforma política. Nesse processo contará muito o balizamento da opinião pública.

38. No processo de negociação liderado pelo PT teremos que encontrar o equilíbrio entre as nossas propostas históricas e a necessidade de unidade em busca da maioria. Um exemplo claro da capacidade de negociação que queremos ter é o fim da coligação proporcional, proposta que não aglutina PSB, PC do B e PDT, aliados históricos do PT. Não podemos iniciar esse processo de diálogo sem colocar na mesa de negociação aquilo que é fundamental para o avanço do atual modelo eleitoral brasileiro que “contém virtudes que precisam ser preservadas, entre elas o sistema de proporcionalidade nas eleições parlamentares, o voto obrigatório, a ausência de cláusula de barreira. Possui distorções que precisam ser corrigidas, entre elas a sub-representação de mulheres, de negros e de outros largos segmentos da sociedade; o enfraquecimento dos partidos políticos; as distorções na representação popular no plano federativo que não atendem ao princípio de “uma pessoa, um voto”; a falta de limitação do número de mandatos legislativos; a atribuição de câmara revisora em todas as questões ao Senado; o excessivo tempo de mandato e de número de senadores por estado e a forma de eleição de seus suplentes. Possui vícios que precisam ser eliminados, como o financiamento privado que superpotencializa a influência do grande capital na política e que favorece a corrupção.

39. É preciso concentrar-se especialmente na defesa: do financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais; do voto em lista partidária preordenada no sistema proporcional, garantindo a representação paritária das mulheres e objetivando o recorte étnico-racial; da fidelidade partidária; das medidas que promovam e facilitem a participação popular no processo político, como as leis de iniciativa popular, plebiscitos, referendos, a institucionalização de conselhos, conferências, orçamentos participativos.

40. Evidente que essa pauta mínima não significa a reforma política que desejamos. Mas, a sua aprovação abre espaço para avançarmos em nova normativa política que democratize o Estado, fortaleça as instituições e que faça prevalecer os interesses da sociedade civil e avance no controle social sobre os poderes instituídos.

41. A aprovação de uma pauta de unidade entre os partidos que defendem os verdadeiros avanços políticos e institucionais na reforma política e eleitoral, pode ser um passo fundamental para a consolidação de um bloco partidário que sustente tantas outras reformas que se fazem urgentes e que podemos ter papel protagonista.

O PT E OS DESAFIOS DE SÃO PAULO

42. São Paulo é o estado onde se concentra o principal núcleo oposicionista ao nosso projeto nacional. É tarefa prioritária do nosso partido construir uma alternativa ao projeto tucano. A nossa vitória em São Paulo será um passo fundamental para a alteração da correlação de forças nacionais, criando as condições para avançarmos no nosso projeto histórico.

43. Os sucessivos Governos do PSDB em São Paulo demonstram um esgotamento das políticas públicas, uma incapacidade de inovação que tem levado à desorganização de áreas importantes da prestação dos serviços e da infraestrutura. É inegável o descalabro na educação, a ausência de um projeto na área da saúde que se articule com os municípios a melhoria do atendimento, a falência da segurança pública, a falta de projetos de desenvolvimento regional, a política abusiva dos pedágios, a falta de investimento em infraestrutura (ex: os desastres provocados anualmente pelas enchentes), a falta de um plano arrojado de investimentos na área de transporte público, além do agravamento da situação habitacional, pois os governos tucanos investem pouco em habitação, ao contrário do governo federal – que no Program Minha Casa, Minha Vida, contratou em apenas dois anos mais de 1 milhão de moradias, das quais 184.126 para o Estado de São Paulo;

44. As Organizações Sociais são utilizadas sistematicamente para a privatização dos serviços públicos de saúde e transferência de recursos públicos para a iniciativa privada sem nenhum controle social. O PT repudia esta política e continuará insistindo para

que se realize este debate em todas as instâncias (nacional, estadual, municipal e governos do PT) no sentido de acabar com a política de privatização da saúde;

45. A construção de uma alternativa ao projeto tucano no estado passa pela formulação de políticas públicas. Para cada deficiência governamental tucana, cabe ao PT e aliados apresentar propostas. Passa também pela nossa capacidade de diálogo com as diversidades regionais paulistas, bem como pela consolidação de uma ampla aliança política e social, fortalecendo – para além do PT – um campo político unido em torno de um projeto desenvolvimentista com sustentabilidade para São Paulo, que convença a maioria dos paulistas da sua viabilidade.

46. Essa tarefa implica em ampliarmos a nossa capacidade de articular um bloco de oposição na Assembléia Legislativa, atraindo para o nosso projeto alternativo forças políticas que dêem sustentação às nossas iniciativas políticas. Cabe aqui ressaltar o importante trabalho de oposição que a nossa Bancada estadual tem feito no legislativo. Os nossos deputados, mesmo que de forma minoritária, têm enfrentado o projeto liderado pelo PSDB no estado de São Paulo.

47. Precisamos consolidar a nossa relação com os movimentos sociais. É fundamental, em conjunto com o movimento sindical, mostrarmos ao povo de São Paulo o crescente processo de desorganização do aparato estatal paulista, como o desmonte do Estado –com a venda do Banespa e da Nossa Caixa, bancos indutores do desenvolvimento e mostrarmos o “sucateamento” da carreira do funcionalismo e conseqüentemente, a precarização da prestação de serviços para a sociedade. A consolidação da nossa aliança com os movimentos sociais significa o fortalecimento do nosso projeto junto aos setores organizados da sociedade.

48. A construção de uma alternativa política para o estado de São Paulo em 2014 passa pelos nossos acertos nas eleições de 2012. Em cada cidade deste estado, o PT deve procurar fazer na construção da tática eleitoral e na formulação do programa de governo para as disputas eleitorais, um instrumento de organização social e da política de alianças na perspectiva de acumular forças e de fortalecer a nossa alternativa ao governo tucano e aliados, capaz de nos colocar em outro patamar na disputa eleitoral de 2014.

SOBRE AS REGIÕES METROPOLITANAS

49. O PT é a favor de uma alteração na estrutura administrativa no Estado São Paulo, e defende um formato de “ente federativo” para as regiões metropolitanas. Para que isso se torne uma realidade é preciso dotá-las de força política, orçamentária e jurídica.

50. O nosso partido foi pioneiro na organização de consórcios, demonstrando a necessidade de um novo ente federado que desse conta dos desafios das regiões metropolitanas. Ao contrário do PSDB, as prefeituras lideradas pelo PT criaram marcas de inovação nas políticas públicas, garantindo programas de revitalização urbana e de inclusão social. Os programas urbanos e sociais, desenvolvidos pelos nossos governos, consolidaram bases sociais que têm garantido as nossas vitórias eleitorais nas regiões metropolitanas.

51. A nossa consolidação social e eleitoral nas regiões metropolitanas (São Paulo e Campinas) gerou uma ofensiva política do PSDB contra os nossos governos. É tarefa fundamental do PT aprimorar a sua capacidade de organização, dando sustentação necessária às nossas administrações e procurar avançar a nossa influência política nas regiões metropolitanas ganhando, nas eleições de 2012, novas prefeituras e aumentando as nossas bancadas de vereadores.

52. Hoje os conglomerados urbanos são uma realidade, principalmente no Estado de São Paulo. As regiões metropolitanas concentram, de um lado, riqueza, centros financeiros, tecnológicos e culturais, e de outro, imensos bolsões de desigualdade, pobreza e problemas urbanos comuns.

53. Se é verdade que cabe ao Estado buscar soluções para os diversos problemas para dar maior qualidade de vida aos cidadãos e cidadãs, concluímos que somente uma melhor articulação dos diversos municípios destas regiões – com gestão eficiente e integração de políticas públicas – poderá alcançar tal intento.

54. Infelizmente, nos 16 anos de tucanato no Estado de São Paulo pouco se fez para dar às regiões metropolitanas competência e capacidade para mudar a realidade socioeconômica de imensos contingentes populacionais aí concentrados.

55. Para o PT, a criação das regiões metropolitanas não possui caráter meramente eleitoreiro. Estamos convencidos de que a adoção de uma política de Estado integrada para essas regiões pode ser eficaz para superar os complexos problemas que ainda persistem. No debate sobre a criação desses novos conglomerados administrativos, o PT defende:

a. Deve ser concebida como estrutura para tratar problemas/temas comuns à maioria dos municípios com ações de médio e longo prazo, com ênfase na gestão de transportes, política habitacional, saneamento, segurança pública, saúde e desenvolvimento econômico. No campo dos transportes é vital a implantação do Bilhete Único Metropolitano;

b. Ter autonomia ou poder de decisão sobre temas prioritários e mediação de quaisquer intervenções do Estado ou União nestes municípios, excetuando os dispositivos constitucionais. Isto significa: a) definir a política de transportes, de saúde, de segurança, de habitação e as prioridades de investimento na economia, no âmbito regional; b) poder de definir a execução financeira;

c. Deve contar com orçamento regular como parte do orçamento do Estado, além de recursos da União nas áreas definidas de interesse comum;

d. A gestão executiva deve ser compartilhada pelos municípios, com poder majoritário, por representação do Estado e garantido assento da União;

e. Um ente regional que conte com participação da sociedade, centrada na representação partidária obtidas nas eleições regionais, ou seja, um conselho regional que respeite a decisão do eleitorado para maior equilíbrio proporcional às populações e suas manifestações nas urnas.

56. A efetiva aplicação do projeto das regiões metropolitanas, no formato acima elencado, representa um desafio de grande envergadura que pode devolver ao Estado de São Paulo a sua verdadeira força econômica, mas com justiça social. A retomada do desenvolvimento econômico e distribuição de renda passa por um estado presente na vida do povo.

ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

57. Para darmos conta desse desafio precisamos aprimorar nossa organização partidária. Hoje estamos organizados em Diretórios Municipais em 458 municípios. Em 164 cidades temos Comissões Provisórias e em apenas 23 municípios ainda não temos a presença do partido de forma organizada.

58. O crescimento do Partido dos Trabalhadores, no Estado de São Paulo, está firmemente assentado na organização das Macrorregiões. Apesar de toda dificuldade decorrente da fragilidade financeira e de estrutura, as Macrorregiões cumprem um papel importante para consolidar a inserção do PT no Estado de São Paulo. O PT precisa priorizar a política de formação de quadros no Brasil, em especial no Estado de São Paulo, qualificar a formação de filiados, fortalecer os princípios históricos do

partido e defender as políticas públicas implantadas pelos governos petistas na defesa de uma sociedade mais justa e democrática.

59. Com elas, foi possível um movimento crescente de criação de CPs e DMs, implantando a estrutura organizativa partidária; o que permitiu desenvolver uma reflexão sobre as diversidades regionais, reunindo lideranças, formando quadros, acumulando e dando densidade política ao PT. Foi assim que, do ponto de vista político-eleitoral, o PT tem aumentado o número de vereadores(as), vices e prefeitos(as) eleitos(as).

60. Construir diagnósticos completos e conhecer profundamente a composição das forças sociais e políticas de cada região foram a matéria prima de trabalho das lideranças regionais, responsáveis pelo nosso crescimento até aqui.

61. Ao desenvolver a estratégia política para 2012, fica evidente a necessidade de adquirir maior capilaridade do PT no Estado. É preciso potencializar a capacidade política de disputa de nossa militância no maior número de municípios. Para tanto, é fundamental avançar política e organizativamente, buscando o aprimoramento e fortalecimento das Macrorregiões;

62. Essa experiência exitosa do estado de São Paulo deve ser objeto de debate na 4º Congresso. Havendo consenso partidário, abriríamos a possibilidade de apresentarmos a proposta de institucionalização desse modelo, que tanto tem contribuído para o crescimento do PT no Estado de São Paulo. As macros como instâncias descentralizariam o processo decisório e dariam mais agilidade na construção partidária.

63. Diante do exposto, os delegados reunidos no encontro das Macrorregiões na cidade de Sumaré, decidem:

- a) Organizar no dia 7 de agosto de 2011 o PED extraordinário em todos os municípios onde, até o momento, funcionam apenas Comissões Provisórias do PT, transformando as mesmas em Diretórios, preparando o partido nesses municípios para a disputa de 2012;
- b) Convocar as coordenações de Macrorregiões nas regiões onde ainda existem cidades sem a organização do PT para organizar o partido a tempo de garantir nossa participação na disputa das eleições do ano que vem;
- c) Realizar, no segundo semestre de 2011, por meio da Fundação Perseu Abramo, ciclos de debates sobre as mudanças sociais e econômicas no estado de São Paulo, a partir da realidade dos pequenos e médios municípios;
- d) Realizar pesquisa de opinião pública específica para os pequenos e médios municípios, com questões formuladas/acompanhadas pelas Macros, que dê subsídios para compreender a influência dos partidos políticos e o comportamento do eleitorado;
- e) Realizar, no segundo semestre de 2011, Seminário de Planejamento Estratégico para as eleições de 2012, específico para pequenos e médios municípios;
- f) Construir, junto ao GTE – Grupo de Trabalho Eleitoral do Diretório Estadual, um grupo de acompanhamento eleitoral para os pequenos e médios municípios, garantindo a presença de representantes do interior;
- g) Orientar todos os Diretórios Municipais a estarem engajados na campanha pela Reforma Política. O PT, em cada município deverá organizar debates, em conjunto com o movimento social, para esclarecer a sociedade sobre a Reforma Política e Eleitoral no Brasil, fortalecendo os pilares da nossa democracia;
- h) Considerando que os setoriais são instâncias existentes no partido que cumprem papel importante no debate e na formulação de políticas públicas, ajudam a organizar a militância petista e aproxima o partido dos movimentos sociais. Os setoriais trazem energia e vigor ao partido, contribuindo para a sua oxigenação. O encontro de macrorregiões propõe a

criação de secretarias de movimentos populares e políticas setoriais, assim como de setoriais em todos os municípios do estado e nas macros regiões.

- i) Que no prazo de 60 dias, a contar deste Encontro Estadual das Macrorregiões, seja realizado um encontro de mulheres: parlamentares, dirigentes e militantes das macrorregiões, com a seguinte pauta: 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e Reforma Política e Estatutária. A responsabilidade deste encontro será da Secretaria Estadual de Mulheres;
- j) Indicar ao 4º Congresso Nacional do PT a proposta de instituir estatutariamente as macrorregiões como instâncias partidárias, com poder deliberativo e recursos partidários;
- k) Incluir no próximo PED, a eleição direta para o cargo de Coordenador de Macro;
- l) Garantir a participação, com direito a voz, dos coordenadores de macros nas reuniões do Diretório Estadual;
- m) Instituir, por meio da Secretaria de Assuntos Institucionais, mecanismos de assessoria técnica e jurídica para vereadores petistas dos pequenos e médios municípios;
- n) Promover, por meio da Secretaria de Assuntos Institucionais, encontros regionais e regulares dos vereadores petistas;
- o) Promover, por meio da Secretaria de Comunicação, workshop sobre a utilização das redes sociais como instrumento de apoio às atividades político-partidárias;
- p) Criação do Fórum de Discussão das Cidades do Litoral Paulista;
- q) Criação de um Fórum de Debate Permanente entre a Capital, o ABC, Guarulhos e Osasco;
- r) Fica criada a Macro Mantiqueira, composta pelas cidades de Itapira, Águas de Lindóia, Lindóia, Serra Negra, Socorro, Monte Alegre do Sul, Amparo, Tuiuti, Pinhalzinho, Pedra Bela, Vargem, Bragança Paulista, Morungaba, Joanópolis, Piracaia, Nazaré Paulista, Bom Jesus dos Perdões, Atibaia, Jarinu, Itatiba, Louveira, Itupeva, Jundiá, Várzea Paulista, Campo Limpo Paulista, Cabreúva. Os municípios limítrofes à nova macrorregião têm 30 dias para realizar reunião do Diretório Municipal e decidir ou não pela sua inclusão na nova macro;
- s) Determinar que, num prazo de 120 dias, uma comissão especial, constituída pelos coordenadores de Macro, apresente uma proposta para discussão e deliberação do Diretório Estadual, contendo uma readequação geográfica das macrorregiões de São Paulo, incluindo a possibilidade de criação de novas Macros;
- t) Propor que 5% do Fundo Partidário seja investido na construção de candidaturas e na formação de quadros para ampliar a representação partidária;
- u) Apoiar os movimentos que lutam pela democratização dos meios de comunicação, fortalecendo as mídias alternativas e populares.

ELEIÇÕES 2012

64. O Partido dos Trabalhadores no estado de São Paulo se prepara para um grande embate político-eleitoral. Em 2012, o nosso projeto estará em disputa em cada cidade paulista.

65. Fortalecer a organização partidária em todos os municípios, construir programas que dialoguem com a realidade de cada cidade e construir uma política de alianças sólida com os movimentos sociais, sindicatos e centrais sindicais, são tarefas primordiais para ampliarmos o número de prefeituras governadas pelo partido ou em alianças e eleger o maior número de vereadores do PT na maioria dos municípios paulistas.

66. Por se tratar do maior colégio eleitoral da federação, se bem sucedido nessa empreitada, o PT paulista acumulará forças com os movimentos sindicais, populares e sociais para chegar em 2014 em condições de dar uma contribuição determinante para a reeleição da companheira Dilma, consolidando o nosso projeto de nação e de liderar uma ampla política de alianças com tais movimentos que dará fim à hegemonia tucana, ganhando o governo do estado de São Paulo.

67. A forte unidade de ação partidária será a garantia do sucesso dos objetivos acima. Por outro lado, essa unidade deve se expressar concretamente em cada município por meio de uma tática eleitoral precisa, cujo fio condutor seja a capacidade de convencer o conjunto do eleitorado a optar pelo modo petista de governar.

68. A capacidade do partido de demonstrar o sucesso em curso do governo federal será um instrumento eficiente para o convencimento do povo acerca do nosso projeto em cada cidade. Não haverá vitória dissociada do governo Dilma, o que implica, desde já, desenvolvermos uma política de alianças no espectro partidário de sustentação ao governo federal.

69. Esta lógica de disputa nos impede de apoiar candidaturas do PSDB, DEM e PPS, por serem estas siglas pilares de sustentação da oposição ao nosso projeto de governo no plano federal. Apoiar candidatos majoritários dos partidos que enfrentam o nosso projeto significa construir palanques contra a reeleição da presidenta Dilma e contra o nosso projeto no estado de São Paulo. O PT Estadual, juntamente com o PT da Capital, reafirma sua oposição a Kassab e ao PSDB na cidade. Por isso, o PT terá candidatura própria à Prefeitura de São Paulo em 2012, por sua importância estratégica para o nosso projeto estadual e nacional em 2014;

70. Nossa tática eleitoral deve dar uma atenção especial às cidades governadas pelo PT e para aquelas cidades-sedes de redes de TV e rádio por serem irradiadoras da propaganda eleitoral para as diversas regiões do Estado. Deveremos também, por meio da organização e fortalecimento das Macros, criar uma estrutura para os médios e pequenos municípios, fortalecendo o PT para a disputa do nosso projeto em cada cidade paulista. Nosso objetivo é termos candidaturas próprias ou estarmos em alianças nas 645 cidades de São Paulo.

71. Os delegados reunidos no encontro das Macrorregiões na cidade de Sumaré, decidem:

a. Procurar lançar chapas completas de candidatos (as) a prefeito (as) e vereador (as) em todos os municípios do estado de São Paulo: a) onde acumulamos forças capazes de ganhar as eleições; b) buscar atrair aliados que possam contribuir programática e eleitoralmente com nossos candidatos e candidatas; c) quando, para o nosso fortalecimento, o melhor for apoiar candidato (a) majoritário (a) de outros partidos, sempre fazer com o objetivo de fortalecer o nosso palanque para as eleições de 2014, quando faremos o confronto de projetos, tanto no estado, como na disputa do nosso projeto nacional;

b. Orientar as direções municipais nas cidades onde governamos e nas quais haverá reeleição, a somar esforços para garantir a unidade partidária em torno dos nossos prefeitos, prefeitas e vices, garantindo a continuidade dos nossos governos, reelegendo nossos companheiros ou companheiras;

c. Consolidar, em cada cidade, alianças com partidos da base de apoio ao governo Dilma para construir programas e táticas eleitorais comuns com vistas às disputas de 2012;

d. Proibir qualquer tipo de apoio a candidatos ou candidatas a prefeito e prefeita do PSDB, DEM e PPS no Estado de São Paulo nas eleições 2012 por incompatibilidade de projeto político;

e. Orientar e envolver as direções municipais nas cidades onde governamos a buscar todos os esforços de negociação com sindicatos que representam os servidores públicos com o objetivo de valorizar os trabalhadores e avançar na qualidade dos serviços;

72. Nós, delegados e delegadas do PT reunidos na cidade de Sumaré (SP), conclamamos a militância partidária e simpatizantes a somar esforços em torno das idéias, propostas e orientações aqui expostas para garantirmos uma ampla unidade partidária na defesa do Governo da presidenta Dilma, no aprofundamento das conquistas democráticas do nosso país, das conquistas econômicas e sociais em curso desde 2003 e na construção de uma alternativa programática ao governo liderado pelo PSDB em nosso estado.

73. Estamos seguros de que o crescimento eleitoral do PT e aliados em São Paulo nas eleições 2012 é parte do acúmulo de forças para construir nossa vitória em 2014.

Vamos à luta! Viva o PT!

Sumaré, 17 e 18 de junho de 2011.

MOÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO SOBRE O NOVO CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO. Moção da SEMAD - Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT/SP

O Código Florestal, embora necessite de atualizações, pois é uma lei que surgiu em princípio em 1934; ou seja há 77 anos, representa um dos pilares fundamentais da legislação ambiental brasileira. Trata-se de uma das poucas normas abrangentes a todo o território nacional, que apresenta reais condições de estabelecer diretrizes, limites, critérios e parâmetros mínimos, entre outros atributos importantes para a manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado e qualidade de vida para presentes e futuras gerações.

Entendemos que o tema não poderá ser tratado de forma apressada, ou simplificada, por ser uma discussão de extrema relevância para o desenvolvimento socioambiental do país e a proteção de nossa biodiversidade.

Neste sentido, nós, Delegados e Delegadas reunidos no Encontro Estadual das Macrorregiões do PT/SP, nos dias 17 e 18 de junho de 2011, em Sumaré/SP, manifestamo-nos pela manutenção das APPs (Áreas de Preservação Permanentes), com autorização excepcional de culturas apenas pelo Governo Federal; preservação/recuperação de 30 metros às margens dos corpos d'água; manutenção da Reserva Legal nos percentuais vigentes e pela não anistia aos desmatadores enquanto princípios básicos, os quais devem prevalecer na referida Lei e que não poderemos abrir mão.

Manifestamos ainda total apoio aos Movimentos Ambientistas, Entidades de Classes, Comunidade Científica, ONGs e a todos aqueles que defendem o amplo debate em relação a alterações da Lei Federal em questão (Nº 4.771, de 15 de Setembro de 1965), previsto no novo Projeto de Lei nº 1.876/99 e seus substitutivos, aprovado no último dia 24 de maio na Câmara dos Deputados, que atualmente, encontra-se sob apreciação do Senado Federal. E somos contrários, principalmente, à emenda 164, que compromete diretamente a essência da preservação ambiental e privilegia os grandes latifundiários, responsáveis pelo desmatamento e ocupações irregulares dessas áreas de preservação.

Por isso, convidamos toda militância e simpatizantes do PT em defesa dessa causa, que envolve toda a sociedade brasileira.

Viva o PT e a luta do POVO Brasileiro!

Sumaré, 17 e 18 de Junho de 2011

MOÇÃO AFRO-DESCENDENTES

Considerando os dados do IBGE, que apontam o índice de 51% da população brasileira é formada por Afro-descendentes...

Considerando a aprovação do estatuto da Igualdade Racial, que deixou de contemplar o acesso diferenciado...

Considerando que o Partido dos Trabalhadores é protagonista das políticas de inclusão, citando como exemplo o recorte de mulheres...

E considerando que o PT é signatário das conferências de Durban e demais tratados internacionais que reconhecem que a população negra foi historicamente tolhida de seus direitos básicos. O Encontro Estadual das Macrorregiões do Partido dos Trabalhadores resolve:

Aprovar a presente moção de participação de negros e negras nas instâncias partidárias, iniciando com o percentual de 10% e aumentando, gradativamente.

MOÇÃO DE APOIO AOS TRABALHADORES SAPATEIROS DE FRANCA E AO SEU SINDICATO QUE ESTÁ SOBRE ATAQUE DOS PATRÕES E DOS PELEGOS DO SINDICALISMO ENTREGUISTA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES.

Os delegados e delegadas ao Encontro Estadual das Macrorregiões do PT de São Paulo repudiam a decisão do ministério do Trabalho e Emprego de registrar outro sindicato na base do Sindicato dos Sapateiros de Franca, sindicato filiado e fundador da CUT. Ao mesmo tempo em que denunciemos mais essa fraude contra um sindicato histórico na CUT, defendemos a distribuição dos cargos no MTE de forma a coibir outros ataques à base da CUT via burocracia do Ministério do Trabalho. Entendemos que no governo da companheira Dilma tome medidas urgentes para estancar as ações que a Força Sindical tem realizado contra as nossas bases. Todo apoio a luta dos sapateiros de Franca e seu Sindicato.

MOÇÃO AS TAREFAS DO ESPORTE NO PT

1 - Os Setoriais de Esporte e Lazer do PT precisam ter uma ação política firme no próximo período. O país tem dois eventos internacionais que levarão a imagem do Brasil para todo o planeta. A Copa do Mundo de Futebol em 2014 e as Olimpíadas de 2016.

2 - A falta de democracia nas instituições que conduzem o esporte no Brasil, impede que certos vícios possibilitem um acúmulo de experiências, no sentido de fazer do esporte uma ferramenta de inclusão social.

Isto significa que paralelamente à tarefa de acompanhar a organização desses eventos, precisamos intervir politicamente na forma como o esporte brasileiro tem sido conduzido.

As duas principais tarefas colocadas para os Setoriais de Esporte e Lazer do PT são a de acompanhar e trabalhar para que a Copa do Mundo e as Olimpíadas tenham sucesso total. Caso aconteça algum problema na organização desses eventos a culpa cairá no colo da Presidenta Dilma.

A outra tarefa é a de aproveitar o clima esportivo que o país irá viver, colocando em discussão a necessidade de se democratizar o esporte no Brasil facilitando a criação de um Projeto de Esporte e Lazer que se transforme, de fato, em um trabalho permanente atingindo todas as camadas da população.

Democratizar o esporte no Brasil significa democratizar as instituições esportivas. Enquanto a democracia no país se moderniza, no esporte ainda vivemos no tempo da ditadura.

As Federações e Confederações que comandam as várias modalidades olímpicas e não olímpicas realizam eleições de cartas marcadas. As mesmas pessoas ou grupos estão há décadas no poder.

Precisamos mobilizar nossos parlamentares para que elaborem uma lei regulando democraticamente a vida dessas entidades.

Como em qualquer entidade democrática o mandato do presidente deve ser de dois anos com a possibilidade de uma reeleição. Todos os atletas filiados devem ter direito a votar e escolher seu principal dirigente por modalidade.

Junto a esse projeto de Reforma Democrática, as contas de cada modalidade precisarão ser absolutamente transparentes, para que qualquer cidadão tenha acesso aos investimentos que utilizarem o dinheiro público ou de estatais.

A transparência deve estar acompanhada da criação de Conselhos Fiscais, Conselhos de Administração, eleições abertas e prestação de contas públicas.

Uma mudança de postura das entidades ampliando o leque de participantes naturalmente contribuirá para o crescimento do esporte de inclusão, ajudando o Brasil a se transformar também em uma potência do esporte.

Evidente que essa proposta vem acompanhada de uma reflexão dos benefícios sociais que uma participação mais ampla trará para o cidadão.

Certamente o índice de violência tenderá a cair, haverá menos gente utilizando o serviço público de saúde e ampliará a possibilidade do Brasil ter atletas de alto nível.

Não podemos deixar como legado apenas uma boa infra-estrutura de estádios e equipamentos esportivos. Faz-se necessário um amplo programa de uma política esportiva que tenha uma interface permanente com a educação escolar.

Entendemos que esse caminho é inevitável em nossa história Republicana e Democrática. Temos todas as condições de estarmos à frente e conduzirmos esse processo.

Militantes do Esporte e membros dos Setoriais Municipal e Estadual do Partido dos Trabalhadores no Estado de São Paulo.

MOÇÃO DE APOIO AOS TRABALHADORES DA FÁBRICA OCUPADA FLASKÔ

Nós, delegados presentes ao Encontro Estadual das Macrorregiões do Partido dos Trabalhadores de São Paulo, reunidos nos dias 17 e 18 de junho de 2011, na cidade de Sumaré, vimos, por meio desta, saudar os trabalhadores da Flaskô, que há oito anos assumiram o controle da fábrica, diante do abandono patronal, e seguem, desde então, lutando pela nacionalização sob controle operário.

Trata-se de uma importante luta dos trabalhadores na defesa dos empregos e da dignidade humana. Trata-se de um exemplo, ao fazer da fábrica um espaço da comunidade, realizando atividades culturais, sociais, artísticas e esportivas.

Assim, parabenizamos a todos os trabalhadores pelos oito anos de controle operário e luta pelo socialismo, recém completados, aproveitando a oportunidade deste encontro para reafirmar nosso compromisso com a Fábrica Ocupada Flaskô, desejando vida longa a esta importante experiência de organização da classe trabalhadora.

Da mesma forma, saudamos a iniciativa dos companheiros Senadores Eduardo Suplicy (PT/SP) e Paulo Paim (PT/RS), que convocaram uma Audiência Pública no senado no dia 05 de julho de 2011, com o objetivo de ajudar na busca de soluções para o atendimento das reivindicações dos trabalhadores da Flaskô.

MOÇÃO DE APOIO À GESTÃO PÚBLICA DOS AEROPORTOS E CONTROLE PÚBLICO DA INFRAERO

O Encontro Estadual das Macrorregiões do PT/SP manifesta seu apoio à proposta histórica de nosso Partido de controle público dos setores estratégicos e, nesse caso, em especial, à manutenção da gestão pública dos aeroportos e do controle público da Infraero.

MOÇÃO EM APOIO AO PROJETO ESCOLA SEM HOMOFOBIA

O Encontro Estadual das Macrorregiões do PT/PS manifesta seu apoio ao Projeto Escola sem Homofobia, do Governo Federal, e apela à Presidenta Dilma Roussef no sentido de que seja mantido o encaminhamento da distribuição dos materiais didático-pedagógicos em favor do respeito à diversidade sexual nas escolas de todo o Brasil.

MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES AO GOVERNO POPULAR DE SUZANO (PT) PELA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NA CIDADE

A cidade de Suzano-SP, no Alto Tietê, até janeiro de 2005 encontra-se apartada do Sistema Único de Saúde. Não possuía o PSF – Programa de Saúde da Família, as unidades básicas de saúde não seguiam a lógica do SUS e a integração da cidade ao sistema era nula.

Com o advento do governo popular e as parcerias construídas com o governo federal, a cidade implementou o PSF, possui seis equipes do PSF e passou de 14 unidades básicas de saúde para 21. Possui duas unidades do CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), duas unidades da Farmácia Popular do Brasil, o CEO – Centro de Especialidades Odontológicas, atendimento aos pacientes DST/AIDS, entre muitos outros serviços.

No início de 2010 o sistema privado de saúde entrou em colapso, com o fechamento de dois hospitais privados. Essa situação promoveu uma sobrecarga ainda maior do sistema público, com um aumento imediato de 30% na demanda das unidades de pronto-atendimento.

Numa ação corajosa, o governo municipal, que já havia assumido a gestão da Santa casa de Misericórdia da cidade, efetuou a ampliação dos serviços da Santa Casa de Suzano criando condições para que o prédio do Hospital São Sebastião, um dos hospitais que fecharam, voltasse a funcionar.

Com efeito, o índice de mortalidade infantil no município vem caindo em uma escala extremamente superior ao histórico anterior da cidade e do Estado de São Paulo. Este ano deve chegar a apenas 11 por mil nascidos vivos.

Mesmo com o lamentável episódio da morte de quatro bebês em um final de semana na Santa Casa, os avanços na saúde continuam em ritmo acelerado considerando a construção, em parceria com o Ministério da Saúde, da terceira unidade de pronto atendimento no distrito de Boa Vista e os avanços, junto ao ministério, para construção do Hospital Público da cidade, um investimento de oitenta milhões de reais.

As políticas de saúde precisam continuar avançando e, neste sentido, é necessário que o governo do Estado de São Paulo faça também a sua parte, mas ao invés de fazer a sua parte, compartilhando investimentos, debatendo soluções para Suzano e toda a região, permite a politização de um debate que deve ser sério.

É necessário dizer que esta intervenção garantiu, em curto período, aumentar em mais de 40% o atendimento à população através do SUS. Este sucesso, apesar das dificuldades que ainda existem, incomoda muitas pessoas

que, durante anos, governaram a cidade e não tiveram a sensibilidade e a capacidade política de promover avanços.

Atualmente, ocorre um ataque de parte da mídia, ligada aos setores reacionários da política da cidade e da região, que procuram promover uma bateria de informações equivocadas e mentirosas e ataques à política pública de saúde no município. Estas ações, articuladas entre si, fazem parte da estratégia reacionária da política demotucana do estado de São Paulo, que serve de trincheira para as políticas neoliberais privatistas, que não se conformam com a derrota histórica, promovida pelo povo brasileiro nas urnas com a consolidação do governo Dilma e os avanços do PT.

Por conta disso tudo, o primeiro encontro das macrorregiões do PT em São Paulo aprova por aclamação esta moção de congratulações ao Governo Municipal de Suzano, na pessoa do Prefeito Marcelo Candido (PT) e da Secretária Municipal de Saúde, Célia Cristina Bortoletto, pelos avanços que promovem nas políticas públicas de saúde nesta importante cidade de nosso estado.

MOÇÃO “O PAPEL DOS SETORIAIS NO PARTIDO DOS TRABALHADORES”

“A educação é um direito de todos que deve ser assegurado ao longo da vida. Garantir esse direito é hoje o mais importante desafio estratégico do país. A educação é uma das condições para o desenvolvimento sustentável, a distribuição de riquezas e a soberania da nação e se constituem a um só tempo, em meio e objetivo do desenvolvimento e diminuição das desigualdades. A educação sozinha não pode promover a transformação necessária. Sem ela essa transformação será impossível.” Trecho da Resolução da Educação aprovada no 3º Congresso do PT 2007.

Aprovada no 3º Congresso Nacional do PT em 2007, a resolução sobre os setoriais trouxe novas tarefas para a militância que faz a opção de atuar em campos específicos, principalmente na área social.

Definido como campo privilegiado de articulação dos movimentos sociais com o Partido, os setoriais devem desenvolver, nos setores que atuam, políticas de filiação partidária, formação para seus militantes, debates, seminários que contribuam para a elaboração de políticas públicas para o setor e que farão parte das deliberações do Partido em suas instâncias decisórias.

Além disso, tem a responsabilidade de contribuir para a ação legislativa de seus parlamentares, de colaborar na elaboração de programas de governo em todos os níveis, e mais, serão vigilantes constantes da defesa dos posicionamentos do PT em qualquer situação.

O setorial de Educação tem história. E uma história muito bonita. O acúmulo de discussões, debates e construção de propostas educacionais são o orgulho do PT. As experiências que hoje se efetivam, em muitos de nossos governos, com aceitação total da população se devem, em grande parte, a esse trabalho realizado pelos educadores do PT. Foi um dos primeiros setores a se organizar como tal. A CAED, como ficou conhecida, foi palco de grandes atuações dentro do partido.

Hoje, o setorial de Educação, principalmente o estadual, procura novas formas de se organizar. Uma das preocupações presentes é a necessidade de termos a participação de militantes da área de todo o Estado.

Nesse sentido, o Encontro das Macrorregiões, veio a calhar. Pretendemos mapear em cada Macro um possível responsável, ou responsáveis, para desenvolver esse trabalho em sua região. Estamos também discutindo com a Secretaria de Movimentos Populares e de Políticas Setoriais, à qual os setoriais estão vinculados, a possibilidade de termos algum subsídio para o trabalho.